

# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 713  
20 a 26 de novembro de 2015

## CERVEJARIAS ARTESANAIS

FIRJAN MAPEIA PERFIL E DESAFIOS  
DOS PRODUTORES FLUMINENSES



Sistema FIRJAN | [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## FIRJAN LEVA PLEITOS TRIBUTÁRIOS AO SECRETÁRIO ESTADUAL DE FAZENDA

Em uma reunião com Júlio Bueno, secretário estadual de Fazenda, o Sistema FIRJAN apresentou um conjunto de propostas tributárias. Entre os pleitos está o de que o estado do Rio se posicione contra a obrigação de escrituração fiscal digital do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, Bloco K do Sped Fiscal, no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A exigência, explica Sergei Lima, presidente do Conselho, "traz problemas como a ameaça ao sigilo industrial e a complexidade no cumprimento de obrigações acessórias".

Outra questão debatida com o secretário foi a Resolução SEFAZ nº 868/14, já em vigor. A medida obriga que o faturamento aconteça nos *showrooms* quando as

vendas forem efetuadas. A FIRJAN defende a alteração da medida: a indústria moveleira, que paga 2% do ICMS sobre seu faturamento, poderá ter problemas quanto ao benefício fiscal em função dos procedimentos exigidos.

Em relação ao ICMS, a Federação pleiteou a postergação do prazo de recolhimento do tributo para a indústria fluminense, inclusive para casos de mercadorias com substituição tributária. Debateu-se ainda a criação de convênios no regime de substituição tributária em operações interestaduais para o setor de plásticos, além de alterações no benefício fiscal existente em favor da indústria pesqueira. A reunião aconteceu em 5 de novembro. Todos os pleitos serão analisados pelo secretário.

## SEMINÁRIO APRESENTA NOVA VERSÃO NA NORMA ISO 14.001

A nova versão da norma ISO 14.001, relacionada a métodos de gestão ambiental, foi apresentada a empresários em seminário realizado na sede do Sistema FIRJAN. As principais mudanças estão relacionadas ao entendimento do contexto da organização; às necessidades e expectativas das partes interessadas; à consideração de uma perspectiva de ciclo de vida; à ênfase em uma abordagem de riscos; e ao papel central da liderança para o alcance dos objetivos do sistema de gestão.

Haroldo de Mattos Lemos, presidente do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), explicou as principais alterações e desdobramentos para sua aplicação prática pelas empresas. "A atualização da norma foi publicada em 15 de setembro. A próxima etapa é um período de transição de três anos, após o qual os certificados emitidos com base na sua versão de 2004 perderão a validade. A mudança central é que a prevenção passa a aparecer como um elemento central, incorporado de forma implícita em diversos requisitos", disse Lemos. O evento foi realizado em 12 de novembro.



Haroldo de Mattos Lemos, em evento na FIRJAN

## CONVÊNIO QUE BENEFICIA INDÚSTRIA DE BRITA É PRORROGADO

Atendendo a um pleito do segmento industrial de brita, o Sistema FIRJAN negociou com o governo do estado a prorrogação do Convênio ICMS nº 13/94 até 30 de abril de 2017. Tal convênio vigora desde 1994 concedendo redução de base de cálculo do ICMS para o setor em 33,33% nas saídas internas de pedra britada. Na justificativa ao pleito, esclarece Sandro Machado, consultor tributário e assessor do Conselho de Assuntos Tributários, "a Federação citou a fundamental importância do incentivo para manter os níveis de competitividade e as atuais relações econômicas e de formação de preços na construção civil".

Principal fonte pública de financiamento para projetos que fomentam a economia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) manterá os investimentos em inovação, apesar do ajuste fiscal. Em entrevista à Carta da Indústria, **Luciano Coutinho**, presidente do banco, explica as razões do investimento e quais as iniciativas prioritárias para o fortalecimento da indústria nacional. Coutinho participou do seminário Desenvolvimento Produtivo e Inovativo: Oportunidades e Novas Políticas, promovido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e realizado em novembro na sede do Sistema FIRJAN.



Guarim de Lorena

## FINANCIAMENTO PARA **INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**CARTA DA INDÚSTRIA – Que desafios devem ser superados pelo BNDES nesse período de retração econômica?**

**LUCIANO COUTINHO** – Acredito que o principal desafio que iremos enfrentar é, uma vez ultrapassada a etapa do ajuste fiscal, sermos uma força proativa para a recuperação da economia brasileira e, dessa forma, contribuímos para o avanço dos investimentos. Especialmente aqueles que aumentem nossa capacidade competitiva e nos ajudem no processo de inclusão econômica e social, contribuindo para a equidade social e o desenvolvimento regional. Esses são nossos grandes desafios e objetivos.

**CI – Quais os caminhos para que haja essa recuperação?**

**LC** – O país está passando por grandes e importantes ajustes no plano fiscal. Esses ajustes precisam acontecer. A nossa ansiedade é que sejam feitos na velocidade suficiente para que possamos virar a página e retomar a agenda do desenvolvimento. Nós temos fontes que podem proporcionar o restabelecimento da economia. A busca por fontes autônomas para poder crescer é necessária e nós as temos, porque dispomos de fronteiras importantes de crescimento, por exemplo, em energia. O setor energético oferece uma grande oportunidade, pois abrange uma cadeia de serviços de engenharia e tecnologia extraordinária. Além disso, temos também

a infraestrutura. E não falo só de logística, mas da mobilidade, do saneamento e da infraestrutura social.

**CI – Que iniciativas do BNDES para o fomento à inovação nas indústrias?**

**LC** – Este ano nós estamos, apesar de toda a restrição de recursos, ultrapassando o volume realizado no ano passado. Em 2014, incluindo repasses à Finep, realizamos R\$ 5 bilhões. Em 2015, esperamos superar esse valor, mas ainda não temos um percentual definido. Isso revela que, apesar de todas as dificuldades, o banco permanece firme no apoio à inovação no país.

**CI – Quais são as ações prioritárias do banco para promover a competitividade das indústrias?**

**LC** – Nós atuamos em várias frentes. Tanto apoiamos a expansão de capacidade produtiva das empresas, como a inovação em processos e produtos. Auxiliamos diretamente, no caso de equipamentos, bens de capital e engenharia, a exportação de produtos e serviços brasileiros. E por meio das linhas de financiamento de longo prazo do banco nós melhoramos as condições de competitividade da economia como um todo. É um conjunto de ações que contribui para a estrutura econômica brasileira. É fato que o BNDES é um banco que pode oferecer financiamento a juros compatíveis ao padrão internacional e com retorno de investimento privado. Esse é o grande ponto positivo de ter um banco de desenvolvimento com a nossa dimensão.

## INDÚSTRIA É PROTAGONISTA NA PRODUÇÃO DE RIQUEZA DA REGIÃO LESTE FLUMINENSE

A produção da região Leste Fluminense cresceu mais do que o dobro do estado, aponta o estudo Retratos Regionais 2015, do Sistema FIRJAN. O levantamento analisa o perfil econômico das áreas de abrangência das representações regionais da Federação no período de 2010 a 2014. O objetivo é subsidiar a tomada de decisões com vistas ao desenvolvimento industrial. "O estudo pode ser usado para identificar as oportunidades e a melhor maneira de explorá-las", explicou Cesar Bedran, gerente de Pesquisa e Estatística da Federação.

Os dezesseis municípios que integram o Leste concentram 2,8 milhões de habitantes, o que corresponde a 16,9% da população fluminense. Em 2012, a região registrou Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 72,2 bilhões, equivalente a 14,3% do total produzido no estado. Com 573 mil trabalhadores, o território concentra 12,4% dos postos de trabalho formais estaduais.

O crescimento da produção é expressivo, aumentando em quase 50% no período de cinco anos. As cidades de Niterói, Cabo Frio, São Gonçalo e Rio das Ostras destacam-se por concentrarem 70% de toda a riqueza produzida. O setor industrial foi o que mais gerou valor para o Leste nesse período, sendo responsável por quase metade do PIB (45,6%) da região. A participação da Indústria na economia da região também supera a

média fluminense. Em segundo lugar estão serviços e comércio, seguidos pela administração pública, impostos e agropecuária, atividade que apresenta menor peso na riqueza local.

A Indústria é predominante em seis municípios da região, sendo liderada pelo subsetor construção civil em quatro deles: Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Casimiro de Abreu. Já em Maricá destaca-se a indústria de transformação e em Rio das Ostras, a extração de petróleo e gás.

Na avaliação de Ricardo Guadagnin, diretor do Sindicato das Indústrias da Construção, Engenharia Consultiva e do Mobiliário de Niterói a Cabo Frio (Sindicem) o cenário de forte presença industrial é positivo para todo o estado. "Segmentos como a construção civil saem do viés tradicional da economia fluminense. É importante promover a diversificação cada vez mais, no sentido de ampliar a participação de outros setores e não ficarmos dependente apenas do petróleo", disse Guadagnin, que também é diretor da Garri de Cabo Frio Dormitórios e Complementos.

### MERCADO DE TRABALHO

Entre 2010 e 2014, o mercado de trabalho esteve aquecido, e a região cresceu acima da média

### PIB DO LESTE POR SETORES ECONÔMICOS (R\$ MILHÕES A PREÇOS CONSTANTES DE 2012)

Setor econômico	2002	2007	2011	2012	Variação 12/07	Participação no PIB (2012)	
						da Região	do RJ
Indústria	11.005	17.526	24.022	32.912	87,8%	45,6%	23,8%
Serviços e Comércio	16.963	18.179	22.601	22.118	21,7%	30,6%	10,4%
Administração Pública	8.767	9.605	12.024	12.456	29,7%	17,3%	16,2%
Agropecuária	191	173	175	170	-1,7%	0,2%	9,1%
Impostos	2.483	3.021	4.250	4.515	49,5%	6,3%	6,0%
Leste	39.408	48.505	63.072	72.170	48,8%	100%	14,3%
Estado do Rio	363.907	411.945	485.169	504.221	22,4%		
Participação da região no ERJ	10,8%	11,8%	13,0%	14,3%			

Nota: Indústria engloba Indústria Extrativa, Indústria da Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Impostos somente os recolhidos sobre a atividade produtiva, como ICMS, II, IPI e ISS - não inclui IR, IPTU, ITR.  
Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

## PIB E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DO LESTE (2012)

Município	Indústria	Serviços e Comércio	Administração Pública	Agropecuária	Impostos	R\$ milhões
Araruama	12,0%	47,1%	31,9%	1,4%	7,5%	1.623
Armação dos Búzios	71,5%	17,7%	8,0%	0,1%	2,8%	2.461
Arraial do Cabo	65,5%	17,4%	14,0%	0,5%	2,6%	1.032
Cabo Frio	70,1%	18,5%	8,3%	0,2%	2,9%	12.481
Casimiro de Abreu	69,6%	20,3%	5,9%	0,3%	3,8%	3.550
Iguaba Grande	9,2%	42,2%	43,7%	0,5%	4,3%	329
Itaboraí	16,5%	40,0%	32,8%	0,2%	10,4%	3.097
Maricá	72,7%	14,2%	11,4%	0,1%	1,6%	5.333
Niterói	23,6%	46,6%	16,4%	0,1%	13,3%	15.112
Rio Bonito	14,0%	47,9%	27,7%	0,5%	9,8%	963
Rio das Ostras	78,8%	12,7%	5,8%	0,1%	2,5%	11.327
São Gonçalo	13,6%	45,1%	34,6%	0,2%	6,5%	11.977
São Pedro da Aldeia	10,9%	46,0%	35,5%	1,2%	6,4%	1.140
Saquarema	16,6%	42,2%	31,7%	1,0%	8,5%	1.147
Silva Jardim	9,4%	31,5%	50,6%	3,5%	5,0%	239
Tanguá	13,0%	38,8%	42,0%	0,8%	5,4%	360
Leste	45,6%	30,6%	17,3%	0,2%	6,3%	72.170
Estado do Rio	27,4%	42,1%	15,3%	0,4%	14,9%	504.221

Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

estadual. O setor de serviços é o que mais emprega, reunindo 43% dos empregados. Na indústria, que concentra 18,7% dos trabalhadores, quase metade dos postos de trabalho é gerada pela construção (49%). A indústria de Transformação aparece em segundo lugar, com 40% do total.

Apesar do aumento de empregos no período analisado, no primeiro semestre de 2015 houve um fluxo negativo no total de trabalhadores empregados. A queda afetou especialmente a atividade industrial, que no saldo entre admitidos e demitidos, ficou com menos 10,4 mil vagas. A construção e a indústria de transformação foram, respectivamente, os subsetores que mais perderam empregados nesse período. De acordo com o estudo, o cenário reflete a desaceleração econômica vivida pelo país, que também impacta no estado do Rio.

### QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Metade da população que trabalha possui diploma de ensino médio (49%), e 6,7% têm nível superior completo. "O SENAI tem um papel importante para a qualificação dos nossos empregados. Na hora da retomada do crescimento, teremos esse trunfo: mão

de obra bem preparada", avalia Odílio Ferreira, diretor da Autopista Fluminense.

A região Leste tem 43,6 mil empresas, 15,1% do total estadual. Serviços, comércio e indústria são os setores com mais estabelecimentos, e crescimento acima da média fluminense. Novamente a indústria da transformação e a construção se destacam, concentrando 51% e 44% das companhias locais, respectivamente.

A maioria expressiva da indústria de transformação é formada por microempresas (83,7%). Apenas 2,3% dos estabelecimentos são de médio porte, presentes em 15 segmentos industriais. Os únicos subsetores com empresas grandes são produtos alimentícios, artigos de plástico, produtos diversos, e papel e celulose.

Para Ferreira, o levantamento da FIRJAN fornece um diagnóstico completo da região, que auxilia os empresários e gestores públicos na tomada de decisões. "Trata-se de um trabalho fundamental para estruturar políticas públicas. A FIRJAN é obstinada pela busca do crescimento do estado do Rio. Não fosse a Federação, estaríamos em um patamar de desenvolvimento inferior", afirmou.

## SISTEMA FIRJAN IDENTIFICA FALTA DE CAPITAL COMO MAIOR EMPECILHO PARA A LEGALIZAÇÃO DE CERVEJARIAS ARTESANAIS

Pesquisa do Sistema FIRJAN identificou que quase nove em cada dez produtores fluminense de cerveja artesanal (87,2%) têm interesse em comercializar a bebida que criaram. Não o fazem, principalmente, por falta de capital. Entre os demais motivos citados para não comercializar a bebida estão, por ordem, excesso de burocracia, altos impostos, dificuldades para legalizar e falta de tempo. O objetivo do estudo foi entender como os produtores de cervejas artesanais se comportam, suas principais dificuldades, estilos preferidos, entre outros aspectos.

“A partir desses resultados, o Sistema FIRJAN tem diversas maneiras de apoiá-los nesse passo de se transformar em produtores empresariais. Podemos orientá-los sobre linhas de financiamento atraentes, capacitá-los tecnicamente e ainda atuar na defesa de interesses do setor”, afirma Antônio Salazar, coordenador do Grupo Executivo de Agroindústria da Federação. A pesquisa detectou que 65,4% dos produtores têm interesse em buscar linhas de financiamento.

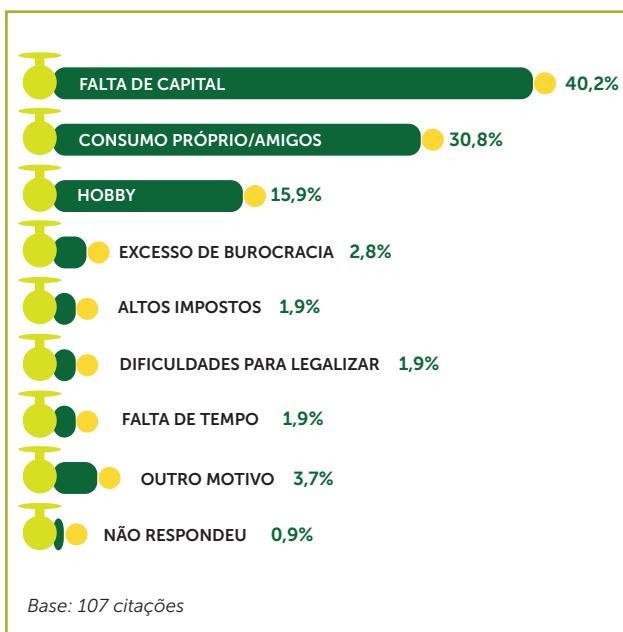
### TRIBUTOS

Segundo Salazar, a incidência de impostos e os procedimentos exigidos para abertura e funcionamento da empresa são os mesmos para todos os portes: “Temos ouvido muitos relatos de produtores sobre dificuldade de legalização, tanto que o Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Alimentos e Bebidas, em parceria com o Sebrae e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), deve lançar, em breve, uma cartilha com todo o passo a passo”.

No que diz respeito à tributação, há uma mobilização nacional para incluir os pequenos produtores no Simples. Salazar explica que a proposta é viável, uma vez que, em certo sentido, os artesanais são discriminados em relação a outras empresas do mesmo tamanho.

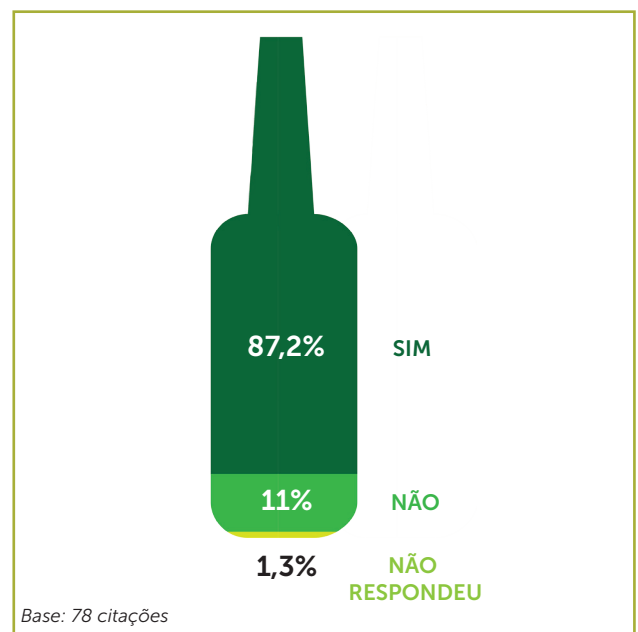
Realizada entre julho e agosto, a pesquisa incluiu 78 produtores sem fins comerciais. Também foram ouvidas 19 empresas já legalizadas, cujas respostas foram analisadas separadamente.

### QUAL O MOTIVO PARA VOCÊ NÃO COMERCIALIZAR A CERVEJA ARTESANAL QUE PRODUZ?



Fonte: Sistema FIRJAN

### VOCÊ TERIA INTERESSE EM COMERCIALIZAR A CERVEJA ARTESANAL QUE PRODUZ?



Fonte: Sistema FIRJAN

## DIFICULDADES NA PRÁTICA

Caio Lavinias, de Levy Gasparian, enfrenta as dificuldades identificadas na pesquisa. Ele e dois amigos estão em processo de legalização da Du Don, que, segundo ele, será a primeira cerveja artesanal da região Centro-Sul Fluminense. O local escolhido, um antigo laticínio de uma fazenda, já foi inviabilizado pelo Mapa, por causa da presença de animais num raio de 400 metros. Os sócios precisarão construir o local de produção em um ponto mais distante da fazenda.

Para Lavinias, as maiores dificuldades são a lista de exigências do Mapa e a alta tributação. "Oitenta por cento do custo da nossa cerveja é imposto; com o Simples, isso se reduziria para 20%. Se isso acontecer, acho que haverá um *boom* de legalização, o que seria ótimo para o país", ressaltou ele, que participa atualmente, em Três Rios, da Jornada Cervejeira, um dos cursos de capacitação oferecidos pelo IST Alimentos e Bebidas.

A Du Don está sendo criada com recursos próprios dos três empreendedores. "Chegamos a conversar com investidores, mas achamos mais interessante usar recursos próprios para ficar vantajoso financeiramente no futuro", contou. Inicialmente, a produção será de 300 litros por mês. O planejamento prevê chegar a 1.600 litros em março de 2016.

Outro exemplo vem de Resende. Na cidade do Sul fluminense, Ed Wilson Lameira, mestre cervejeiro formado pelo IST Alimentos e Bebidas, prepara o lançamento da Edbier. Os equipamentos da fábrica chegarão em janeiro, mas ele já está buscando informações junto ao Mapa para evitar problemas. "O processo de regularização é demorado, leva cerca de seis meses. Quero dar entrada já com informações do que pode atrapalhar esse processo. Assim, quando estiver tudo instalado, já estará de acordo", explicou.

Lameira também está aplicando recursos próprios para abrir o negócio. "No momento, não penso em buscar financiamento, por isso estou começando pequeno e, neste início, conciliarei a fábrica com o atual trabalho", disse ele.

"O Rio está se transformando num polo de produção de bebidas. Esse cenário tem sido impulsionado pelas microcervejarias, que estão em plena expansão. A maioria dos produtores de cerveja artesanal começa a fabricar por paixão, mas é preciso profissionalização para crescer. O conhecimento técnico é muito importante para quem trabalha com processo de fabricação de cerveja e se preocupa com a qualidade do seu produto", observou Antonio Tavares, gerente executivo do IST Alimentos e Bebidas.

Acesse a pesquisa em [www.firjan.com.br/publicacoes](http://www.firjan.com.br/publicacoes).

## IST ALIMENTOS E BEBIDAS REGISTRA ALTA NA DEMANDA PARA CURSOS DO SETOR

A demanda por cursos de capacitação para o setor de cerveja, oferecidos pelo Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Alimentos e Bebidas, está 10% acima do esperado este ano. Além dos cursos realizados na sede do instituto, em Vassouras, há turmas também em cidades de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, além do interior do estado do Rio e da capital. Mais de 300 pessoas estão sendo capacitadas em 2015.

O Grupo Petrópolis já contratou turmas *in company* e também costuma enviar profissionais para o curso Técnico em Cervejaria, em Vassouras. Para 2016, a empresa prevê enviar 12 colaboradores. "Aqui em São Paulo ou em outro local, não encontramos escola para formar profissionais com a profundidade oferecida e possibilidade de as pessoas experimentarem de verdade o que a função de técnico cervejeiro exige", explica Helio Sousa, coordenador de Desenvolvimento Humano Organizacional Corporativo da empresa.

Inaugurada em 1993, a escola possui planta-piloto, adega, maltaria, capacidade de produção de 16 mil litros de cerveja/mês e de engarrafamento de 3.200 garrafas/hora. Segundo Antonio Tavares, gerente executivo do IST Alimentos e Bebidas, não há outra cervejaria-escola na América Latina com a estrutura oferecida pelo Sistema FIRJAN. "A procura vem de todo o Brasil, e já fomos contratados para realizar cursos no Peru, Panamá e na Colômbia", conta ele. Para dar conta dos pedidos, está prevista a inauguração da primeira unidade móvel do SENAI para o setor no início de 2016. Informações pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

## GOVERNO HOLANDÊS DISCUTE ECONOMIA CIRCULAR EM SEMINÁRIO COM EMPRESÁRIOS

Antonio Batalha

O Seminário Rio & Holanda: Economia Circular e Soluções Sustentáveis para Cidades reuniu representantes do governo holandês e empresários para debater boas experiências nesses temas. Promovido pelo Sistema FIRJAN e o Consulado Geral da Holanda no Rio de Janeiro, o evento teve como objetivo aproximar empresas fluminenses e holandesas para soluções ambientais inovadoras.

Carel Richter, diretor de Relações Econômicas do Ministério de Relações Exteriores da Holanda, destacou como o país pode contribuir com a sustentabilidade no Brasil. "Temos tecnologias amplamente utilizadas no exterior. Isso inspira confiança nos produtos que oferecemos. Além disso, nos preocupamos em fomentar uma cultura de negócios", disse.

Entre as políticas do governo holandês para incentivar o uso consciente de recursos está a criação de um Conselho de Gestão de Resíduos. "Conseguimos engajar estados, municípios e indústrias. Em pouco tempo passamos a ter os melhores índices da Europa nessa área", afirmou Herman Huisman, representante do Ministério de Infraestrutura e Meio Ambiente da Holanda.

O evento contou com um painel no qual empresas holandesas apresentaram os serviços que oferecem para limpeza de gases industriais, preservação do solo e reúso da água e resíduos. "A luta pela sustentabilidade será vencida



Herman Huisman apresentou as políticas holandesas para otimizar o uso de recursos

nas cidades. Então temos que nos antecipar aos desafios", declarou Freek van Eijk, presidente da Acceleratio, empresa especializada em economia circular. Alguns dos projetos elaborados pelas companhias envolvem a criação artificial de bactérias que recuperam o solo e estações para controle de inundações.

### OPORTUNIDADES

A programação também incluiu um debate sobre as oportunidades na área de economia circular no Brasil, em que foram discutidos cases de sucesso de organizações públicas e privadas. Rodolfo Guerra, diretor de Operações da Odebrecht Ambiental, falou sobre a criação do Aquapolo. Formulado em convênio com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), o projeto é a maior planta de reúso de água da América do Sul. "Tratamos o esgoto para fornecer água

para uso industrial. Nossa ideia é implementar esse processo no polo petroquímico do Rio", revelou Guerra.

As boas práticas do setor público foram abordadas pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). A empresa desenvolve projetos como a produção de compostos orgânicos para reflorestamento das matas fluminenses e recuperação de biogás para geração de energia. No painel também foram apresentadas as soluções tecnológicas do SENAI para a melhoria dos processos industriais.

"É de grande importância propor esse debate sobre temas sustentáveis para as cidades", afirmou Amaury Temporal, diretor do Centro Internacional de Negócios (CIN) da FIRJAN. O evento aconteceu em 12 de novembro, na sede da Federação.



## REFLEXO DOS CUSTOS LOGÍSTICOS NO COMÉRCIO EXTERIOR É TEMA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ECONOMIA

O impacto da infraestrutura nas exportações foi tema da reunião do Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN. Maurício Mesquita, economista-chefe do Departamento de Comércio e Integração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentou um estudo realizado pela instituição que aponta a forte correlação entre os custos logísticos e a capacidade de exportar.

De acordo com Mesquita, diferentemente do que ocorria há algumas décadas, a tarifa não é o principal entrave às exportações. Esse componente foi substituído ao longo do tempo pelos custos com frete. “Soluções no sentido de melhorar os problemas de logística trariam benefícios superiores a qualquer acordo comercial”, defendeu.

Publicado em 2014, o levantamento analisou as exportações dos municípios do Brasil, do México, da Colômbia e do Chile no período de 2007 a 2010. O resultado apontou que somente 19% das cidades brasileiras realizam vendas externas. Segundo o economista-chefe, uma causa determinante desse cenário são os gastos com transporte. “Quando se aumenta os custos domésticos de transporte em 1%, se reduz exportações agrícolas e industriais em 4%”, disse Mesquita.

O estudo concluiu que o incremento da participação do Brasil no comércio exterior depende de investimentos em políticas comerciais que envolvam a dimensão logística. O economista alertou que o país tem bons diagnósticos sobre o setor, mas para saírem do papel devem ser

Antonio Batalha



**“Melhorar a infraestrutura pode aumentar e democratizar os ganhos de comércio da economia brasileira”**

**Maurício Mesquita**  
Economista-chefe do Departamento de Comércio e Integração do BID

priorizados pelos gastos públicos. “Melhorar a infraestrutura pode aumentar e democratizar os ganhos de comércio da economia brasileira”, argumentou.

### IMPACTOS PARA A INDÚSTRIA

José Mascarenhas, presidente do Conselho, destacou que as conclusões da pesquisa do BID reforçam uma realidade já conhecida pela indústria. “Os resultados mostram como questões logísticas influenciam no nosso sistema de competitividade. Devemos compreender que há saídas para nossas exportações, mas estas dependem de investimentos em infraestrutura”, avaliou. Ele ressaltou a importância de se discutir uma agenda propositiva para aumento da eficiência e do potencial competitivo do setor industrial.

Para José Otávio Carvalho, presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic), o segmento da construção civil é um espelho da carência do país

em projetos estruturais. “De 2005 a 2014 tivemos um crescimento de 80% nas vendas de cimento. Mas apenas 25% foram destinados à infraestrutura, o restante foi aplicado em edificações. Isso mostra que fizemos muito pouco nessa área”, comentou.

O encontro também contou com uma apresentação de Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN, sobre as perspectivas fiscais do país, além de um debate sobre a conjuntura econômica. A reunião aconteceu em 10 de novembro, na sede da Federação.

## SEMINÁRIO ABORDA REGULAMENTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO SETOR AUDIOVISUAL

Legislação, tecnologias assistivas e formas de produção foram alguns dos temas debatidos no 2º Seminário de Acessibilidade para o Audiovisual. O evento foi realizado na sede do Sistema FIRJAN, em parceria com a RioFilme, a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPITV) e o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav).

Para o coordenador de Análise Técnica de Regulação da Ancine, Akio Nakamura, haverá um aumento no número de títulos que contam com recursos de acessibilidade, por causa da Instrução Normativa (IN) nº 116, de dezembro de 2014. A IN 116 prevê que todas as produções audiovisuais financiadas pelo governo deverão contemplar os três tipos de recursos de acessibilidade para cegos e surdos: audiodescrição, legendagem descritiva e Língua Brasileira de Sinais – Libras.

"Em 2014 foram lançados 114 títulos nacionais. Estamos numa

transição para o futuro, em que praticamente a totalidade dos filmes de longa metragem brasileiros vão contar com os recursos", avaliou Nakamura.

O aprimoramento da legislação do setor foi apontado por Sérgio Moreno, diretor do Sicav, como fundamental no momento.

"Precisamos ter uma legislação para proteger quem faz, contrata, exhibe e para aqueles que consomem. É necessário definir critério de padronização para o trabalho de audiodescrição", destacou Moreno.

Luis Mauch, representante do WhatsCine no Brasil, apresentou dados que mostram o potencial de crescimento do setor. "A cadeia econômica também é impactada. A acessibilidade pode gerar um incremento de 10% de espectadores, cerca de 2 milhões de pessoas, com uma receita adicional de R\$ 168 milhões por ano", destacou. O seminário aconteceu em 13 de novembro.



Akio Nakamura no seminário: debate reuniu representantes da indústria e do governo

## CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abilio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sergio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação

do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Juliane Oliveira e

Lorena Storani

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

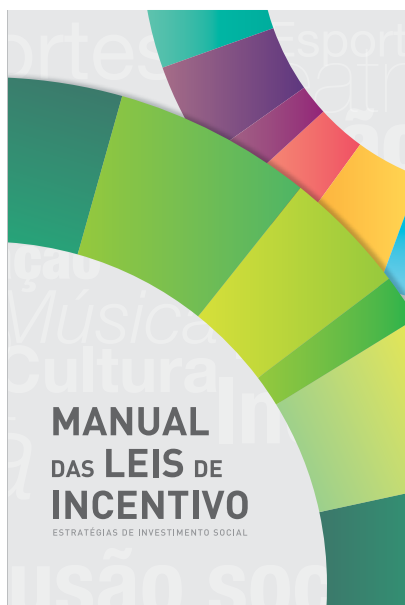
Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

## MANUAL SOBRE LEIS DE INCENTIVO ORIENTA EMPRESÁRIOS

Com o objetivo de oferecer aos empresários fluminenses informações sobre os diversos mecanismos de incentivos para investimento em projetos sociais, o Sistema FIRJAN lançou o “Manual das Leis de Incentivo”. O documento apresenta as leis no âmbito federal e as que são vigentes em cada um dos estados do país, e mostra como elas podem ser aplicadas como instrumento de investimento social.

“As leis de incentivos fiscais de esporte e de cultura são mecanismos de utilização por parte das empresas para a transformação social. Reconhecendo este potencial, o SESI vem desenvolvendo projetos socioculturais e socioesportivos junto às empresas associadas ao Sistema FIRJAN desde a sua elaboração, enquadramento, implementação e prestação de contas”, afirmou Alexandre dos Reis,



O documento está disponível para download no site do Sistema FIRJAN

superintendente do SESI e diretor regional do SENAI.

No âmbito nacional, um dos destaques é a Lei Federal de

Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet, que determina que pessoas físicas e jurídicas podem destinar parte de seus impostos devidos para projetos aprovados pelo Ministério da Cultura.

Em relação às leis estaduais, as empresas do estado do Rio, contribuintes de ICMS, podem destinar parte do imposto devido a patrocínios e apoio a projetos esportivos e culturais. Até 4% do ICMS a ser recolhido podem ser destinados para tal finalidade, e o valor da dedução varia de acordo com o tipo de investimento.

O Sistema FIRJAN apoia as empresas no desenvolvimento e execução de projetos sociais que podem ser contemplados pelas leis de incentivo. Para mais informações entre em contato pelo e-mail [responsabilidadesocial@firjan.org.br](mailto:responsabilidadesocial@firjan.org.br). Acesse o Manual no link <http://goo.gl/3OZsGb>.

## NOVA FRIBURGO REGISTRA ALTA EM CAPACITAÇÃO DE MODA

Durante reunião do Conselho da Moda do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região foi apresentado balanço do primeiro ano de operação do SENAI Espaço da Moda. De 2014 a 2015 foram 1.040 alunos qualificados, em comparação a 415 do período – um crescimento de 150%.

Márcia Carestiato, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Norte Fluminense, pondera que, num curto espaço de tempo, o espaço superou as expectativas. “A credibilidade da nossa capacitação de mão de obra é um ponto positivo para o polo, pois atraiu novas empresas para o município”, disse.

### OUTRAS ATIVIDADES

Em um ano de existência, o SENAI Espaço da Moda

recebeu ações importantes para o setor como o projeto Novos Talentos, que repaginou o gradil do espaço com produções dos alunos, envolvendo familiares e comunidade em um projeto inspirado em instituições internacionais. O local também recebeu o Giro Moda com Rodada Têxtil com o que há mais novo no mundo dos materiais; e o Workshop de Maquinário Eletrônico que abordou tecnologia industrial e foi muito bem avaliado pelos empresários. Além disso, ficou de portas abertas durante a Fevest 2015 com a exposição Moda+Esporte+Performance, levando alunos, instrutores e técnicos para a maior feira do setor de moda íntima do Brasil. A reunião do Conselho da Moda aconteceu em 28 de outubro.

## DELEGAÇÃO FLUMINENSE APOIA MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA NO 10º ENAI

Gabriel Pelaquim

O Sistema FIRJAN, representado por uma delegação de empresários, apoiou mudanças na política econômica do Brasil durante a 10ª edição do Encontro Nacional da Indústria (ENAI). O evento reúne anualmente líderes empresariais e representantes de sindicatos e associações industriais de todo o país e é organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O tema deste ano foi “Brasil: ajustes e correção de rota”.

Um dos principais momentos do encontro foi a palestra do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que voltou a citar as dificuldades na aprovação das medidas para implementar o ajuste fiscal. Ele, no entanto, afirmou que o governo mantém uma agenda de desenvolvimento de enorme convergência com a da própria indústria.

“Temos que oferecer um ambiente de confiança e segurança jurídica para o empresário investir. O projeto do governo é simplificar os impostos, modernizar a legislação trabalhista e ampliar os investimentos em infraestrutura”, disse o ministro, citando ao final da sua fala que o “Brasil tem condições políticas de fazer as reformas necessárias para colocar o país em um novo patamar de crescimento”.

À frente do grupo fluminense, o vice-presidente do Sistema FIRJAN, Carlos Mariani Bittencourt, destacou que os empresários vêm fazendo a sua parte para minorar os efeitos da crise econômica e colaborar com o governo. “Estamos trabalhando firme, levando projetos e propostas formuladas com inteligência para o governo superar o atual momento”, disse. Em maio deste ano, durante almoço de comemoração do Dia da Indústria, o presidente da Federação, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, entregou ao ministro Joaquim Levy um documento com as propostas do Sistema FIRJAN para o Brasil.



O Sistema FIRJAN levou empresários fluminenses para o 10º ENAI, em Brasília

Para Sergei da Cunha Lima, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul), medidas defendidas pela Federação – como a ampliação do programa de concessões e privatizações – criariam condições para um ajuste dos gastos públicos sem impactos traumáticos, de modo a permitir que a economia reaja. “É importante a colaboração do empresário neste debate. Sabemos que impostos não nos levarão a mais crescimento nem a mais arrecadação, pelo contrário”, observou Lima, que também preside o Conselho Empresarial de Assuntos Tributários do Sistema FIRJAN.

### AGENDA PARA O CRESCIMENTO

Uma agenda com oito compromissos para o país romper os obstáculos e crescer de forma sustentável compõe a “Carta da Indústria”, documento consolidado pelos empresários durante o evento. Os compromissos: sustar iniciativas fiscais desequilibradas, promover o ajuste macroeconômico e a qualidade do ajuste fiscal, reduzir a carga tributária, incentivar a simplificação radical do ambiente de negócios e melhoria da qualidade regulatória, aumentar o foco nas exportações, promover a infraestrutura, a produtividade e a inovação. O evento foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro, em Brasília.

# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 713  
20 a 26 de novembro de 2015

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JULGARÁ SE MULTA FISCAL POR SONEGAÇÃO TEM CARÁTER CONFISCATÓRIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral da matéria tratada no Recurso Extraordinário (RE) 736090, no qual se discute se a multa de 150% aplicada pela Receita Federal em razão de sonegação, fraude ou conluio tem caráter confiscatório. No caso concreto, trata-se da aplicação da multa em um caso de separação de empresas de um mesmo grupo econômico, com finalidade de não pagar impostos, entendida como sonegação pela Receita Federal.

O recurso questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que entendeu válida a multa no percentual de 150%, nos termos da Lei 9.430/1996. Sustenta que o acórdão violou o artigo 150, IV, da Constituição Federal, que veda a utilização de tributo com efeito de confisco.

“Cabe a esta Corte, portanto, em atenção ao princípio da segurança jurídica e tendo em vista a necessidade de concretização da norma constitucional que veda o confisco na seara tributária, fixar, no regime da repercussão geral, as balizas para a aferição da existência de efeito confiscatório na aplicação de multas fiscais qualificadas”, afirmou o relator do recurso, ministro Luiz Fux. Em sua manifestação, entendeu que a questão tem natureza constitucional relevante dos pontos de vista econômico e jurídico que transcende os interesses das partes envolvidas, “pois alcança potencialmente todos os entes federativos e contribuintes”.

O ministro mencionou precedentes em que o próprio STF considerou confiscatórias, “sob uma ótica abstrata”, multas fiscais fixadas em montantes desproporcionais à conduta do contribuinte, especialmente quando ultrapassam o valor do tributo devido. Ele também ressaltou que o tema não se confunde com o apreciado no RE 640452, também com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a multa por descumprimento de obrigação acessória.

“Discute-se, na espécie, a razoabilidade da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, no percentual de 150% sobre a totalidade ou diferença do imposto ou contribuição não paga, não recolhida, não declarada ou declarada de forma inexata”, afirmou o relator ao se manifestar pelo reconhecimento de repercussão geral. Seu entendimento foi seguido, por maioria, em deliberação no Plenário Virtual da Corte.

### CASO

O processo discutirá o caso de um posto de combustível localizado em Camboriú (SC), multado pela Receita Federal no percentual de 150% sob o entendimento de que ele compunha um grupo econômico com outras empresas e postos. Segundo o entendimento do Fisco, quando a separação de estruturas não passa de formalismo com a finalidade de não pagar tributos, há configuração de fato tendente à sonegação fiscal, aplicando-se a multa.

Fonte: STF RE 736090

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JULGA INCONSTITUCIONAL LEI PAULISTA E REAFIRMA QUE CABE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE TRABALHO

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a Lei paulista 10.849/2001, que autoriza o governo do Estado de São Paulo a adotar punições contra empresas que exijam a realização de teste de gravidez e apresentação de atestado de laqueadura para acesso das mulheres ao trabalho. Por maioria, os ministros constataram que a questão envolve relações de trabalho e, portanto, é de competência federal, cabendo apenas à União legislar sobre o tema, o que já ocorre na Lei Federal 9.029/1995, que estabelece a proibição da prática discriminatória.

A decisão seguiu o voto do relator, ministro Dias Toffoli, no sentido da procedência do pedido formulado pelo governo estadual na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3165.

A maioria dos ministros entendeu que a sanção estabelecida na lei paulista é desproporcional porque não produz a finalidade de impedir a discriminação contra a mulher. A Corte considerou, ainda, que o cancelamento da inscrição estadual da empresa, outra sanção prevista na lei estadual, não é adequada, uma vez que a aplicação da penalidade impediria o funcionamento da empresa e afetaria todos os funcionários.

Votaram nesse sentido o relator, ministro Dias Toffoli, relator, e os ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

O ministro Edson Fachin votou em sentido contrário. Para ele, as restrições impostas pela lei questionada são adequadas, necessárias e razoáveis. O ministro afirmou que suas preocupações protetivas são as mesmas do relator, mas acrescentou questão referente ao equilíbrio na igualdade entre os entes federativos, buscando “a maximização do exercício das competências entre a União, estados e municípios”. “O olhar que apresento da conclusão, e não das premissas, é de uma compreensão menos centralizadora e mais cooperativa da repartição de competência no federalismo brasileiro”, ressaltou, ao destacar que a lei estadual densifica elementos protetivos que estão na Constituição Federal e em leis federais. A divergência foi seguida pela ministra Cármen Lúcia.

Fonte: STF ADI 3165

## CHEQUE ENDOSSADO NÃO EXIGE NOTIFICAÇÃO DE DEVEDOR

O endosso tem efeito de cessão de crédito e não exige a notificação do devedor, a não ser que o emitente do cheque tenha acrescentado ao título de crédito a cláusula “não à ordem”, hipótese em que o título somente se transfere pela forma de cessão de crédito.

Esse foi o entendimento adotado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em julgamento de recurso especial interposto por uma empresa de factoring condenada por danos morais por ter inscrito uma devedora de cheque endossado, devolvido por insuficiência de fundos, em cadastro de inadimplentes, sem antes notificá-la.

A mulher alegou que tentou saldar a dívida com o estabelecimento comercial onde realizou a compra, mas que este havia sido extinto. Apenas quando seu nome foi negativado é que descobriu que o cheque tinha sido endossado a uma empresa de factoring.

### CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO

Segundo a devedora, ela ajuizou uma ação de consignação de pagamento, com depósito judicial do valor devido ao credor original. Um ano depois, no entanto, ela foi novamente surpreendida com o seu nome incluído no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC),

por solicitação da empresa de factoring, que estava com o seu cheque.

No STJ, o relator, ministro Luis Felipe Salomão, deu provimento ao recurso da factoring. Segundo ele, “o endosso, no interesse do endossatário, tem efeito de cessão de crédito, não havendo cogitar de observância da forma necessária à cessão civil ordinária de crédito, disciplinada nos artigos 288 e 290 do Código Civil (CC)”.

“O cheque endossado – meio cambiário próprio para transferência dos direitos do título de crédito, que se desvincula da sua causa, conferindo ao endossatário as sensíveis vantagens advindas dos princípios inerentes aos títulos de crédito, notadamente o da autonomia das obrigações cambiais – confere, em benefício do endossatário, ainda em caso de endosso póstumo, os efeitos de cessão de crédito”, explicou Salomão.

Em relação ao fato de a devedora ter movido a ação de consignação em pagamento ao credor originário, o ministro entendeu que isso não afasta o direito do endossatário do título, pois a quitação regular de débito estampado em título de crédito só ocorre com o resgate do cheque.

Fonte: STJ